



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 20 de março de 2025

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,79% São Paulo	128.957	R\$ 5,648 (- 0,42%)	R\$ 1.518	R\$ 6,156	13,15%	14,11%	Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31
0,92% Nova York	14/3 17/3 18/3 19/3	13/março 5,800 14/março 5,743 17/março 5,686 18/março 5,672					

SUPERQUARTA Em contexto de incertezas no mundo, os comitês de política monetária do Brasil e dos Estados Unidos adotaram a cautela. Por aqui, o BC elevou a Selic para 14,25% a.a. Nos EUA, o Fed manteve a taxa entre 4,25% e 4,5%

Taxa de juros chega a 14,25% e vai subir mais

» ROSANA HESSEL

Na segunda reunião de 2025 do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central foi coerente com os comunicados anteriores e decidiu, ontem, aumentar a taxa básica da economia (Selic) em mais 1,0 ponto percentual, para 14,25% ao ano — maior patamar desde outubro de 2016. A decisão foi unânime entre os nove integrantes da diretoria, incluindo o presidente do BC, Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No comunicado divulgado após a reunião, o Copom reconheceu que o ambiente externo permanece desafiador “em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, principalmente pela incerteza acerca de sua política comercial e de seus efeitos”, mas atenuou os alertas sobre a piora do quadro fiscal e para a necessidade da busca do equilíbrio das contas públicas. A nota sinalizou que o ciclo de alta dos juros, iniciado em setembro de 2024, não terminou e, portanto, haverá mais uma alta “de menor magnitude” no próximo encontro, em maio.

“Diante da continuidade do cenário adverso para a convergência da inflação, da elevada incerteza e das defasagens inerentes ao ciclo de aperto monetário em curso, o Comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, um ajuste de menor magnitude na próxima reunião”, destacou o documento, que mantém as projeções de inflação acima do teto da meta, de 4,50%, no fim deste ano, apesar da queda de 5,2% para 5,1%. Para o terceiro trimestre de 2026, que é o horizonte relevante para o qual o BC tem monitorado, a projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,0% para 3,9% — abaixo do teto, mas superior ao centro da meta, de 3%.

Na avaliação de analistas ouvidos pelo **Correio**, haverá, pelo menos, mais uma nova alta de juros em junho, antes do fim do ciclo de aperto monetário. As projeções para a Selic terminal desse processo variam entre 15% e 15,5% ao ano.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, por exemplo, manteve a previsão de duas altas da Selic, sendo de 0,50 ponto percentual, em maio, e de 0,25 ponto percentual, em junho —

Escalada

Na segunda reunião de 2025 do Copom, Banco Central mantém ritmo de aperto monetário ao elevar Selic para maior patamar desde outubro de 2016, de 14,25% ao ano, e ainda sinaliza nova alta “de menor magnitude” em maio

EVOLUÇÃO DA SELIC

Em % ao ano

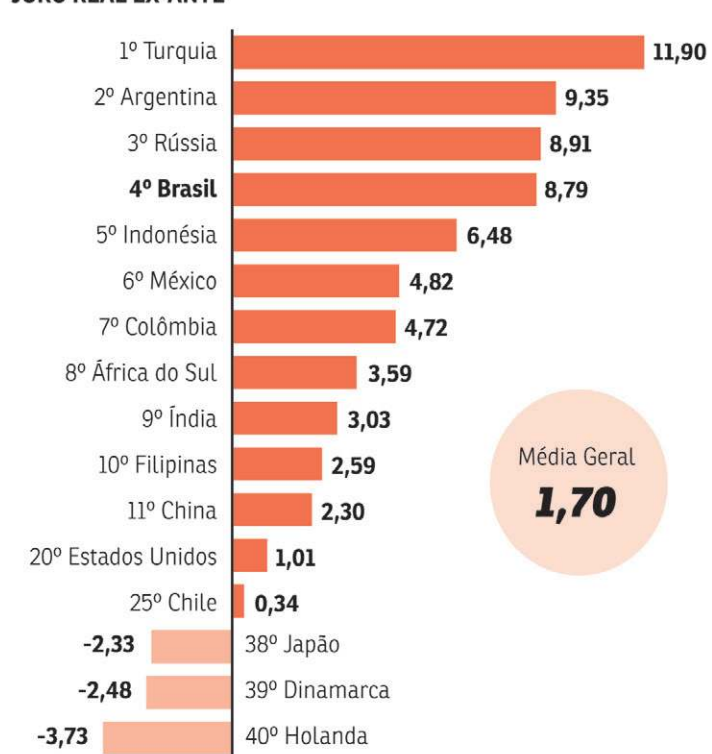


*Mediana das projeções do mercado do boletim Focus coletadas em 14/3/25

RANKING GLOBAL

Entre as 10 principais economias globais, Brasil fica em 4º lugar na lista com as maiores taxas de juros reais

JURO REAL EX-ANTE*



*Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses
Fontes: Banco Central e MoneYou/Lev Intelligence

o que elevará a Selic para 15% ao ano, patamar que será mantido até dezembro. “Nas nossas projeções, há espaço para mais duas altas, além das sinalizadas (em dezembro), alcançando uma taxa básica de 15% até o fim do ano e a decisão de hoje não altera esse nosso cenário”, afirmou.

De acordo com Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, o comunicado do Copom “manteve um tom vigilante” ao reconhecer que as expectativas de inflação seguem desancoradas

com resiliência na atividade econômica, além de concluir que o cenário “exige uma política monetária mais contracionista”.

Apesar da sinalização do Copom de mais uma alta nos juros, pelo menos, o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do BC e consultor externo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), avaliou o comunicado mais “dovish”, que no termo econômico significa mais tolerante com a inflação, refletindo a

mudança na gestão da autoridade monetária com Galípolo, que foi indicado por Lula e, por conta disso, no máximo, os juros deverão subir até 15,50% nesse ciclo. “O BC não vai buscar mais a meta de inflação, porque isso exigiria uma Selic de 16% ou mais. Ele está, agora, mais preocupado com a atividade econômica. Na gestão anterior, a preocupação principal era inflação”, afirmou.

Apesar desse novo aumento da Selic — o quinto consecutivo — o Brasil caiu da 2ª para a 4ª

colocação em um ranking global de juros reais (descontada a inflação), abaixo de Turquia, Argentina e Rússia, conforme levantamento da MoneYou e da Lev Intelligence com as 40 principais economias. (Ver quadro). A média dos juros reais ficou em 1,70% e, de acordo com Jason Vieira, economista responsável pelo levantamento, o movimento global de políticas de aperto monetário perdeu força, sendo o contexto majoritário de manutenção das taxas.

Nos EUA, tudo igual

O Fomc, comitê de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano), decidiu, ontem, manter a taxa básica de juros no intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano, refletindo maior preocupação do impacto da atual política econômica do presidente dos EUA, Donald Trump, especialmente na inflação. A decisão, que não foi unânime, era aguardada pelo mercado.

De acordo com o comunicado do Fomc, os indicadores recentes “sugerem que a atividade econômica continuou a se expandir em um ritmo sólido”, o desemprego segue estável e a inflação continua um pouco elevada, mas as projeções indicaram piora nos índices mais à frente. O Comitê reforçou que está “fortemente comprometido em apoiar o emprego máximo e retornar a inflação ao seu objetivo de 2%”.

“Ao avaliar a condução da política monetária, o Fomc informou, na nota, que “estaria preparado para ajustar a postura da política monetária conforme apropriado se surgirem riscos que possam impedir a obtenção das metas”. O órgão também indicou que seguirá reduzindo as participações em títulos do Tesouro norte-americano e de títulos lastreados em dívidas de agências e hipotecas de agências.

“A partir de abril, o Comitê diminuirá o ritmo de queda das participações em títulos, reduzindo o limite de resgate mensal em títulos do Tesouro de US\$ 25 bilhões para US\$ 5 bilhões”, destacou o documento.

O estrategista da RB Investimentos, Gustavo Cruz, considerou que, uma das grandes mensagens do Fed foi que existe uma divisão dentro da instituição sobre o que priorizar nesses primeiros efeitos que estão sendo notados pela política econômica de Trump: atividade econômica ou inflação. “Uma parcela relevante do Comitê acha que a inflação mais alta é o mais importante, mas, do outro lado, a maioria, e muito provavelmente com o presidente Powell estão mais preocupados com a atividade”, afirmou. (RH)

IMPOSTO DE RENDA

Câmara reticente com isenção

» RAFAELA GONÇALVES

O governo deve começar uma ofensiva no Congresso para evitar a desidratação do projeto de reforma do Imposto de Renda (IR), que prevê ampliar a isenção para contribuintes com renda de até R\$ 5 mil. A proposta é prioridade na agenda da nova ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e também do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), já havia afirmado

que “com certeza” o Legislativo fará alterações no projeto e fez ressalvas quanto à viabilidade fiscal da medida. Entre os parlamentares, o clima ainda é de cautela. Lideranças afirmam que vão aguardar para se posicionar e propor mudanças ao texto.

Ao **Correio**, o líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS), disse que ainda é cedo para orientar uma posição a respeito da matéria. “Ainda não tem como se posicionar se é uma pauta positiva ou não”, afirmou.

A isenção para quem ganha

menos deve custar R\$ 25,8 bilhões por ano, a proposta do governo é compensar a perda de arrecadação taxando mais quem ganha acima de R\$ 600 mil por ano. Apesar do governo sustentar que a proposta não terá impacto negativo nas contas públicas, há preocupação na queda de arrecadação de estados e municípios, já que parte do que é arrecadado é distribuído entre os entes da federação.

Perdas

A medida também é alvo de

desconfiança por parte do setor produtivo. Para o cálculo das rendas mais altas, serão usados todos os rendimentos, inclusive lucros e dividendos. De acordo com uma simulação feita pela Fazenda, um sócio de empresa que recebe R\$ 985 mil por ano e tem uma alíquota efetiva de 2,7% passará a pagar mais 3,72%, porque sua alíquota mínima será de 6,42%, por exemplo.

Segundo Zucco há uma preocupação com o empresário, que pode ser mais taxado. “Isso aí vai trazer uma perda de receita considerável e que, de algum lugar, vai ter que se retirar. E, normalmente, se retira de quem? De quem

gera emprego, de quem é empregador, de quem realmente move a economia do nosso país. Então, de forma muito madura, a gente tem que entender os detalhes dessa composição”, afirmou.

O PL conta com a maior bancada da Câmara, com 99 deputados. “A oposição ainda não manifestou a rejeição do imposto de renda nesse PL, mas teremos grandes reuniões para discutir no tempo certo e dar a resposta. É um tema muito complexo. Mas o que for bom para o brasileiro e o que for bom para que o país volte a respirar, vamos dar uma resposta, não vamos votar contra da nação”, disse o deputado

Delegado Caveira (PL-PA).

Por parte da base governista, o clima é de otimismo de que a matéria seja apreciada ainda neste semestre. “Eu posso afirmar que esse é um projeto prioritário para o governo e é prioritário também para a Casa”, afirmou o deputado Duarte Jr. (PS-B-MA). “É natural que o Poder Legislativo só possa trazer uma melhoria.”

Se aprovada ainda este ano, a medida entra em vigor em 2026. Isso porque o sistema tributário brasileiro tem regras para evitar que mudanças tenham efeito imediato, a fim de garantir segurança e previsibilidade para os cidadãos.